

A rainha dos cárceres da Grécia como uma práxis e produto histórico

Prof. Dr. Luís Manuel Domingues

RESUMO:

O romance A rainha dos cárceres da Grécia é um tecido literário que se explica a partir da análise e crítica da história que o atravessa. Também é uma reflexão analítica que suscita questões, desvela conteúdos, inscreve críticas e (re)constrói projetos e programas em relação à história que perpassa o tecido literário do romance. Ou seja: apropriar-se do romance de Osman Lins para produzir um conhecimento histórico é realizar uma leitura do romance atravessada pela história ou é a busca da produção de um conhecimento histórico a partir de uma história que atravessa a leitura do romance? Qualquer resposta a esta questão que venha a preferir e/ou eleger uma dessas alternativas nos levará a reter para a nossa investigação o primado da relevância de como o aspecto formal se apresenta a nossa percepção, levando-nos aos exercícios descritivos e a instituir interpretações na busca da definição da configuração das formas apreendidas para relacioná-las com outras formas conhecidas e descritas, resultando na composição de uma rede ou trama.

Palavras-chave: Osman Lins, Narrativa, Romance, Práxis, História

Introdução

O romance *A rainha dos cárceres da Grécia* emerge para o leitor como o diário de um narrador inominável, cujo ponto de partida é a tarefa de produzir um ensaio sobre um romance inédito deixado por sua ex-companheira. Ele registra, consigna e narra, ao longo de uma linha cronológica que vai de 26 de abril de 1974 até 23 de setembro de 1975, e em outros que o antecederam, fatos ocorridos nos territórios do Brasil: acontecimentos de sua vida pessoal e profissional; opiniões e impressões sobre o que lhe é estranho e com que, ao mesmo tempo, ele convive; desvelamentos daquilo que lhe era oculto; contemplações e confidências sobre a sua existência e suas histórias; memorações de lembranças suas e de outros; reflexões sobre as mediações pelas quais passaram e passam os sujeitos com quem interage e, ao mesmo tempo, habitam o seu mundo.

Na tarde do último dia em que registra algo em seu ensaio-diário, 23 de setembro de 1975, o narrador encerra a linha cronológica que até então vinha metodicamente construindo. Então, nas vinte e seis páginas seguintes, passa a dissertar sobre as inferências possíveis e os plausíveis propósitos e projetos em um território. E nas cidades desse território, a problemática não mais se circunscreve ao cânone de sua construção como Estado-nação nem, muito menos, em relação às perspectivas de afloramento de um instinto e de uma identidade marcada pela nacionalidade nos sujeitos que o habitam.

Inicialmente, essas duas problemáticas parecem constituir um dos eixos centrais de *A rainha dos cárceres da Grécia*. Com certa constância, emana desse narrador inominável o intento e a preocupação de alinhar características e questões históricas, historiográficas, sociológicas, antropológicas e psicológicas que nos poderiam levar a interpretar que na temática central do romance se instaura e persiste uma empreitada de subsidiar e/ou reformar o ideário fundado da idéia de nação e identidade nacional. Essa linha de interpretação quase se impõe como atraente ao leitor, na medida em que acontecimentos da história do país (como os relativos ao domínio holandês no Nordeste do Brasil); personagens da história do país (de Matias de Albuquerque a Getúlio Vargas); o cabedal cultural produzido e agregado às gentes do Brasil (do Carnaval aos modos de fazer um tipo de sabão ou o biscoito *brote*, de procedência holandesa); as digressões sobre a economia brasileira em seus diversos períodos históricos (das economias agro-exportadoras do açúcar, algodão, tabaco e pau-brasil até a da industrialização); as condições e mediações sociais e históricas presentes na história do país (as relações coercitivas e patriarcais do meio rural e as relações

contratuais do pólo-urbano industrial); a problematização dos cursos recentes da sociedade brasileira (os programas históricos de desenvolvimento e modernização da economia e da sociedade brasileira, de Getúlio aos comandantes militares no pós-64). Por fim, as relações da história do Brasil com a história de outros lugares e do mundo em geral (da Grécia Antiga ao Nordeste brasileiro da década de 1970) se inscrevem em quase todos os segmentos do romance, estabelecendo interconexões com os seus personagens ou com outros extraídos de várias obras literárias, do cotidiano do país ou da sua história.

Contudo, o tecido literário composto por Osman Lins detém para si uma autoridade que não nos permite ter como ponto de partida o eixo temático Estado-nação e identidade nacional para um exercício de sua compreensão, interpretação e explicação. Por mais que temas e ocorrências históricas que integram, também, o eixo dessa discussão estejam presentes no romance, é certo que em *A rainha dos cárceres da Grécia* não existe ou pré-existe o ofício de buscar subsídios e/ou reformar um conjunto de características culturais e históricas com o qual se possa alinhar uma concepção de nação e, muito menos, inventariar qualidades nos seus sujeitos históricos, para que eles se identifiquem, por naturalidade ou naturalização, com a identidade nacional supostamente encravada e emergente no Estado-nação Brasil.

Essas considerações iniciais visam fundamentar o nosso percurso de interpelação e apropriação da obra de Osman Lins a partir das proposições que Umberto Eco desenvolve para o exercício de interpretação e leitura das obras literárias. A saber:

A leitura das obras literárias nos obriga a um exercício de fidelidade e de respeito na liberdade da interpretação. Há uma perigosa heresia crítica, típica de nossos dias, para a qual de uma obra literária pode-se fazer o que se queira, nelas lendo aquilo que nossos mais incontroláveis impulsos nos sugerirem. Não é verdade. As obras literárias nos convidam à liberdade da interpretação, pois propõem um discurso com muitos planos de leitura e nos colocam diante das ambigüidades e da linguagem e da vida. Mas para poder seguir neste jogo, no qual cada geração lê as obras literárias de modo diverso, é preciso ser movido por um profundo respeito para com aquela que eu, alhures, chamei de intenção do texto (ECO, 2003, p. 12).

Uma práxis e produto histórico

Em *A rainha dos cárceres da Grécia*, enquanto texto literário, está enunciado explicitamente aquilo que não poderemos colocar em dúvida: a submissão intensiva, a desagregação, a desterritorialização e a coisificação dos sujeitos do país Brasil ante uma política de modernização de seu subdesenvolvimento, caracterizada pela consolidação e reprodução ampliada do pólo urbano-industrial e de sua sociedade de consumo. A obra assinala com autoridade aquilo que para o autor deve ser assumido como relevante e o que não devemos tomar como ponto de partida para interpretações livres.¹ Isto é: não o cânone da brasilidade, mas as marcas de um passado que se transmutaram em chagas para os sujeitos que neles viveram historicamente, e, como tal, estão abertas para nos anunciar que o passado recente e de outras épocas são reais e ainda vicejam e clamam para que dele se faça uma experiência única *para fazer saltar pelos ares o continuum da história*. (BENJAMIN, 1978).

Partindo das colocações de Carlo Guinzburg (1989, p. 41-93),² a construção literária de Osman Lins se caracteriza, primeiramente, pelos vínculos estreitos com a história de um país e de seus sujeitos nos momentos que antecedem e sucedem a história ou histórias que são narradas no corpo do romance, carregando consigo uma objetividade que nos permite conhecer e interpelar uma época na qual eventos, fatos, acontecimentos, feitos, processos, rupturas e estruturas de um passado nos são apresentados e entregues como contraprova e não como exemplo de uma regra que se confirma ou não. Ou, muito menos, como uma lição a ser absorvida, mesmo quando expressa através de uma simulação em concordância com as regras da lógica, a fim de fundamentar um sentido ou significado enviesado de paralogismos. Caso venha a predominar esta última forma que

criticamos, poder-se-ia recair naquilo que Carlo Guinzburg preconiza para certas formas de pesquisa e abordagens:

As pesquisas iconográficas são importantíssimas e utilíssimas: é inútil insistir neste ponto. Mas, se elas se apresentam como auto-suficientes, e suficientes para interpretar a obra de arte em todos os sentidos, a análise estilística e a avaliação estética acabam por cair nas mãos dos praticantes do mais enfadonho e insípido impressionismo crítico (GINZBURG, 1989, p. 70).

Tendo em vista as colocações acima, podemos constatar que as construções literárias fundamentadas nos paradigmas da construção do Estado-nação Brasil e do afloramento de uma identidade nacional há muito problemática, um cânone e uma perspectiva que já vinham sofrendo um processo de desmanche nos tecidos literários que se produziram no Brasil, principalmente a partir da década de 1950, como em *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosas, publicado em 1956, onde o regionalismo, um dos suportes na construção de uma identidade nacional e popular, arquitetado a partir de arquétipos locais que se almagamavam para configurar o protótipo do Brasil Estado-nação, cedeu lugar a um outro regionalismo que se firma por uma linguagem inventada e reinventada de percursos de uma vida quase fantástica e absurda de seus personagens, que se fazem locais para serem universais e comportam em si uma universalidade para se reconhecerem no mundo que habitam:

O senhor escute meu coração, pegue no meu pulso. O senhor avista meus cabelos brancos... Viver – não é? – é muito perigoso. Porque ainda não se sabe. Porque aprender-a-viver é que é o viver, mesmo. O sertão me produz, depois me enguliu, depois me cuspiu do quente da boca... O senhor crê minha narração? (ROSA, 1978, p. 443).

Ou, ainda, como na poética de João Cabral de Melo Neto, na qual, principalmente em *Morte e vida Severina*, auto de natal escrito entre 1954 e 1955, a inspiração e a intuição, propalados fermentos da produção poética, cedem espaço a uma narrativa fundada na exploração da materialidade das palavras e nas possibilidades de organização de estruturas verbais para a emergência de uma poética analítica e crítica do sujeito desencantado e deserdado num país que alinhavava o ideário do nacional-desenvolvimentismo como a possibilidade de atualizar-se a si e a suas gentes em relação à modernidade dos centros industrializados dos países centrais:

E se somos Severinos
iguais em tudo na vida,
morremos de morte igual,
mesma morte severina:
que é a morte de que se morre
de velhice antes dos trinta,
de emboscada antes dos vinte,
de fome um pouco por dia
(de fraqueza e de doença
é que a morte severina
ataca em qualquer idade,
e até gente não nascida)
(MELO NETO, 1997, p. 146).

Nas duas décadas seguintes, 1960-70, o Brasil passaria por um dos mais intensos processos de modernização de sua história contemporânea, alterando significativamente as suas fisionomias

sociais, econômicas e políticas. Permeando essa modernização, principalmente no pós-64, a ditadura militar, então instalada e montada em um aparelho repressivo, na censura, em instrumentos autoritários, em um *marketing* ufanista, promoveria uma política de desmobilização, estendida a quase todas as esferas organizadas da sociedade civil, e o estrangulamento das formas democráticas. Dessa forma, compôs e instituiu um cenário favorável e profícuo para se reinvestir na interpretação de um mundo homogêneo e totalizador, fundado no binômio segurança nacional/desenvolvimento, que se legitimava no grau da eficiência e racionalização na esfera econômica e financeira como principal estratégia de construção do “Brasil Grande Potência”.

Subjacente ao Brasil Oficial dos *slogans* ufanistas (*O Brasil é feito por nós; Ninguém segura mais este País; Brasil – ontem, hoje e sempre; Brasil, ame-o ou deixe-o*), principalmente no período compreendido entre 1969 e 1975, anos que marcam a instauração, o clímax e o desmanche do espectro político-ideológico do “milagre econômico”, uma outra realidade socioeconômica promovia, de forma draconiana, alterações na estrutura e no modo de vida da imensa massa de indivíduos das classes subalternas que habitavam e/ou transitavam entre o campo e a cidade, alterando as estruturas familiares, as organizações e dinâmicas do cotidiano, os fundamentos morais e éticos das relações interpessoais, as estratégias de sobrevivência e as condições de vida que lhes eram próprias. Recaindo, ainda, sobre essa massa de indivíduos os estigmas do desterro, da deserdação, da desagregação, da coisificação e da indeterminação de suas vidas e de seus referenciais.

Nesse contexto, suscitam-se crises e conflitos que darão a conhecer a fluidez dos processos de construção de identidade cultural e nacionalidade, atravessando, ainda, as simbologias nacionais do desenvolvimento com segurança e promovendo fissuras nas construções dos mitos constantes do “Brasil Grande Potência”. Apropriando-se dessa fluidez e fissuras, Osman Lins escreve *A rainha dos cárceres da Grécia*, cujo tecido literário se volta, primeiramente, para o encargo de expressar, analisar e criticar os significados e sentidos de um culto que pretendia legitimar um sistema de dominação em relação aos dominados. Trata-se, nesse aspecto, de desconstituir tanto o culto como a autoridade emanada dos discursos arrazoados com as políticas em curso, das imagens higienizadas que se voltavam para imunizar a percepção da realidade heterogênea, do *marketing* persuasivo que se propunha a assolar as estratégias de dissuasão, das efemérides comemoradas como exemplo de referendo da direção a ser seguida, dos *slogans* ufanistas promotores de empatias com os comandos do Estado, das campanhas tecno-ideológicas que definham as gestões politizadas, dos consensos consentidos em torno do programa político imposto, das versões instituídas à realidade do país, dos prodígios (in)esperados confiscados como prenúncios do sucesso das políticas estatais e da politização disciplinada da cidadania.

Para Osman Lins, tratava-se de desconstituir todo um aparato que estava apto a fazer ecoar e a fincar por todo o território nacional, e em cada um de seus rincões, os cultos e mitos da modernização em curso, que tinha como objetivo fundamental a sacralização do conjecturado perfil empreendedor de individualidades individuais em sua relação com outras individualidades coletivas – época, nação, Estado –, que formariam uma individualidade integral dotada de estrutura interna, tendência e sentido, a partir da qual se supunham estarem executando pretensamente a tarefa histórica de propiciar ao país uma atmosfera de progresso e satisfação social, mas que sempre mantinha de prontidão o pulso firme no combate aos promotores de sua transgressão.

Em seu romance, Osman Lins expõe ao leitor a empreitada e a fadiga daqueles para quem a única coisa que restava fazer era transgredir o projeto, o programa e a estratégia da modernização em curso – os deserdados da modernização brasileira, sobre os quais recaíam os ônus dos desdobramentos e os estilhaçados afiados das políticas econômicas modernizantes do subdesenvolvimento.

O autor expõe, também, a fragmentação das vidas desses deserdados, que se esvaem e vão cedendo lugar à desterritorialização, haja vista que deixam de ser exemplo de um possível arquétipo

de nacionalidade para serem algo como um cidadão funcional, utilitário e consumível para a estruturação, evolução e continuidade da empreitada de construção do “Brasil Grande Potência”.

Osman Lins denuncia a trama de submeter a história efetiva desses sujeitos e o conhecimento que dela se poderia ter a um processo de desestruturação, seguido de outro que a reestrutura para que seja estruturada como uma experiência imóvel e mensurante a ser consumida e, assim, poder alimentar a reprodução de um sistema fundado na ordem tecnológica e no funcionamento do mercado.

Esse conluio objetivava fazer da gênese e das experiências de vida dos sujeitos, de suas práticas de construção de si e de seu mundo, de suas histórias como reconstrução de suas realidades histórico-concretas e de suas memórias como estrutura e inventário de fixação, ativação, retenção, reconhecimento e evocação de suas experiências e histórias. Algo que pudesse vir a emergir e se expressar às percepções de todos de forma contingente e descontínua, anulando-as como um material histórico que poderia ser racionalmente estruturado e que poderia ser analisado e criticado.

Assim sendo, toda a realidade e o material histórico dos sujeitos seriam previamente considerados incognoscíveis e limitados em sua explicação, cabendo, no máximo, a tarefa de poder compreendê-los e interpretá-los através dos exercícios racionais de alteridade que se podem fazer sobre as expressões imagéticas que estes produzem ou deles se produzem, relacionadas com outras que venham a se manifestar.

Nesse âmbito, o ser não emergiria mais como sujeito e sim como coisa, como um fragmento, como uma fração. Coisificado, não teria mais espaço para questionar a relação sujeito-coisa e projetar a relação sujeito-sujeito. Tudo agora seria coisa-coisa e era a partir do simulacro que o homem se imbricava com essa relação, levando-se a atomizar e a ser reconhecido conforme a sua capacidade utilitária. Não é à toa que o narrador de *A rainha dos cárceres da Grécia* se configura, inicialmente, como um espantalho disposto a ser um protetor daqueles que caminham ao seu lado, seja Julia Marquezim Enone, de quem procura proteger a memória, seja Maria de França, a personagem que lhe permite memorar a própria Julia Marquezim Enone, tentando de forma inepta espantar os predadores.

No entanto, ao final de seu diário, percebe-se que sua transmutação o levou à condição de demiurgo que passou a atuar como artífice incumbido de ordenar o mundo da memória em caos. Não é à toa que o final de seu diário é concluído com uma referência a Hesíodo e ao seu livro *Teogonia – A origem dos deuses*:

Conta Hesíodo que no princípio era o Caos, tenebroso e sem fim. Mas Gea, a Terra, surge e dela nascerá o firmamento, Urano, seu igual em extensão, para que a cobrisse toda. Cria ainda Gea os elevados cumes e os abismos talássicos. Recebe dentro de si o próprio filho, Urano, o espaço estrelado e, dentre os seres fabulosos que engendram, nasce Mnemósina, a Memória. Memosina ou Mimosina são desfigurações desse nome, culto e sem halo emotivo. Recordar seria então um ato essencial, ligado intensamente à Terra e aos astros que a envolvem. Implantam-se, nele, a Criação, o Entendimento e a Direção, o Rumor. Memosina, pequeno animal deplorável, concentra em si o fenômeno de que romance e mundo estão impregnados, a geral obliteração da memória, enfermidade metafísica (onde nasce e como fazê-la regredir?) que precipita o homem e suas obras na insânia, na sem-razão (LINS, 1976, p. 192-193).

Assim como Hesíodo, que em sua época foi um demiurgo com habilidades artesanais para modelar e organizar narrativas e assim poder ordenar o mundo tanto dos deuses como dos mortais³, o narrador inominável do romance de Osman Lins se entrega, também, ao ofício de produzir uma narrativa na qual se propõe restaurar, reviver e ordenar o passado, a história, a memória e todas as dimensões temporais que saturaram a vida de sua ex-companheira e a inventariar um tempo saturado de “agoras”, que a lógica dominante poderia traduzir como de caráter informe, ilimitado e indefinido e que, segundo essa mesma lógica, poderia se prenunciar como um caos permeando os

acontecimentos e as histórias, principalmente naqueles que são expressos nos tempos que antecedem e interagem com a narrativa de *A rainha dos cárceres da Grécia*, procurando, assim, fazer verossímil que o caos já era exequível e estava instalado na estirpe, memória e história dos sujeitos que tanto Julia Marquezim Enone como os outros personagens do romance incorporam.

Nesse caos aparentemente exequível e instalado, o narrador vai se apercebendo de que a construção do estigma do caos era uma operação velada que procurava encobrir a empreitada de construção de um tempo homogêneo, vazio, linear, progressivo e determinista a serviço de uma de uma lógica que queria cooptar e submeter experiências de vida, histórias e memórias dos sujeitos ao processo de burocratização e racionalização consoante as regras da administração pública e da empresa capitalista, intensificando, assim, uma racionalidade instrumental e ampliando-a progressivamente para anexar cada vez mais os segmentos do mundo vivido aos imperativos funcionais e, assim sendo, poder alimentar a reprodução de um projeto civilizatório fundado num sistema alicerçado na ordem tecnológica e burocrática que submete o mundo vivido, na experiência mensurante que instrumentaliza a experiência de vida, na metodologia que examina a vida e suas relações como inanimadas, no anteparo fetichista que faz parecer que a mercadoria adquire vida própria e no suporte de coerção que submete o indivíduo e o classifica conforme os imperativos de funcionamento do mercado.

Nesse sentido, o caos é a empreitada que procurava fazer interromper a explosão do *continuum* da história e a marca que se queria instituir sobre o tempo saturado de “agoras”⁴ que já vai se antevendo, compondo e inscrevendo para e em Julia Marquezim Enone, mesmo antes de nascer, quando sua mãe, Adelaide, havia promovido o prelúdio da explosão do *continuum* da história e uma ruptura na ordem pré-estabelecida quando se apropriou de Oton Enone, que viria a ser o pai de Julia e era o prometido à irmã de Adelaide. Daquele momento, por volta de 1920, até o nascimento de Julia, em 6 de junho de 1940, a vigésima primeira filha de um casal que chegou a ter duas dúzias de filhos e filhas, o mundo ainda não parecia vir a ser encoberto pelo estigma do caos de caráter tenebroso e frio, mas quando a própria Julia Marquezim Enone, antes dos quinze anos, casou-se com um homem de nome Heleno, com quem viria a ter uma filha e de quem se separaria três anos após o casamento, o estigma passou a ganhar vulto sobre a sua vida. Passava a atuar como elemento de dessubstancialização e desreferencialização sobre Julia Marquezim Enone, justamente a partir do momento em que ela, assim como sua mãe um dia o fizera, queria deter para si a soberania sobre sua vida ao romper a submissão a que estava sujeita com Heleno, o qual também era expressão dos que tentam conquistar e submeter os indivíduos aos seus imperativos, como os helenos que em épocas passadas converteram as gentes de Tróia, terra da ninfa Enone, em suas presas e posses.

Aos vinte anos, Julia Marquezim Enone já portava sobre o seu corpo e mente uma história de vida pouco comum entre aqueles que integravam a classe média e outras camadas sociais acima desta, como nos aponta o narrador:

Difícil interrogar alguém que amamos e que, aos vinte anos, coisa impensável na classe média, à qual na verdade ela não pertencia (pertenceria a alguma?), mas de norma entre as mulheres do povo, carregue uma biografia de meio século ou mais (LINS, 1976, p. 192-193).

A biografia de Julia Marquezim Enone ganha uma dimensão cada vez maior a partir do seu casamento e separação, motivado, segundo Heleno, cioso de sua virilidade, pelo desejo sexual incontrolável da companheira, mas que de fato desnudava a sua incompetência para se compor como parceiro de uma mulher que lhe exigia a contrapartida do prazer e se recusava a ser só mais um depósito do produto de sua virilidade. Os rumos da biografia ganham novos contornos a partir de um encontro fortuito entre eles, ocorrido após a separação. O resultado desse encontro é a gravidez de Julia Marquezim Enone, que passa a ser pressionada pelo pai, Oton Enone, que a coage a abortar. A coerção do pai leva-a a reagir com veemência e rispidez, situação que o pai converteu

em pretexto para interná-la em um hospício e entregar sua filha ao pai que, posteriormente, recusou-se a admitir a paternidade e entregou a filha de Julia aos tios, para que por eles fosse criada.

Sem a filha e com duas passagens pelo hospício, que considerava um lugar imundo, de comida ruim e onde os cadáveres dos internos eram vendidos para lições de anatomia, Julia Marquezim Enone se interessa pelo movimento dos trabalhadores rurais da Zona da Mata de Pernambuco, pela reforma agrária e pelos direitos trabalhistas. Interesse que emergiu após contato, em um 1º de Maio, com uma manifestação dos trabalhadores daquela região, e sua inserção se dá como militante provedora de ajuda financeira e prestadora de serviços.

Atingindo os vinte anos de idade, ela fará o curso normal e atuará como professora, entre 1961 e 1962, em uma escola primária no Alto José do Pinho, bairro-favela da periferia do Recife. Depois, ingressa como funcionária do Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), através de concurso, de onde é demitida em 1967, após cinco anos de serviço.

Seguindo seu itinerário, Julia Marquezim Enone trava e mantém contato com escritores, artistas e livreiros do Recife, por meio dos quais amplia seu acervo de conhecimento e sua capacidade de discernimento sobre o mundo em que vive.

Em um desses périplos por entre artistas e intelectuais na cidade do Recife, conhece o narrador do romance, com quem irá viver maritalmente por três anos e meio. Nesse período, mais especificamente a partir de novembro de 1969, começa a escrever o seu romance, concluído em 11 de janeiro de 1973. Em 27 de março desse mesmo ano, tenta suicídio, atirando-se à frente de uma carreta em plena Av. Paulista (São Paulo), centro nevrálgico da modernização do capitalismo brasileiro já àquela época.

Toda essa trajetória de Julia Marquezim Enone é transmutada em seu próprio romance, em que a personagem Maria de França incorpora as chagas sociais e históricas que marcam tanto o corpo e a mente da autora como o da protagonista que ela mesma cria, para nela se transmutar e configurar o conteúdo e o perfil dos sujeitos deserddados da modernização brasileira em curso.

Através de Maria de França, uma ex-tudo – ex-prostituta, ex-empregada doméstica, ex-operária – considerada uma meio louca, que tenta obter uma aposentadoria por direito nos labirintos kafkianos do INPS, Julia Marquezim Enone expõe as chagas de um país para se manterem como feridas abertas e/ou cicatrizes para informar que o passado e as experiências de vida nele contidos não sejam esquecidos e sejam expressos como reais e não como imagéticas e/ou simulacros. É nesse sentido que da mente de Maria de França emerge Ana, tanto como insurreição quanto como um apelo ao narrador para que atue como um demiurgo que dilui o caos imposto sobre vidas submissas e como o historiador prescrito pelo perfil constante na sexta tese de Walter Benjamin:

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo "como ele de fato foi". Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo na tem cessado de vencer (BENJAMIM, 1987, p. 224-225).

Conclusão

Osman Lins, e não o narrador, nos oferece um relato de uma época histórica como produto de reflexão histórica sobre o mesmo, para que possamos nos apropriar das reminiscências que relampejam num e nos momentos futuros em que corre o perigo de serem perdidas e esquecidas, pois a tarefa que nos cabe, principalmente àqueles que se dispõem a produzir um conhecimento histórico, é antes de tudo memorar, rememorar e comemorar as histórias soterradas sobre as ruínas resultantes das empreitadas demolidoras dos vencedores.

O autor, a cada momento de seu romance, parece nos querer dizer que outros sonhos, outros projetos, outras empreitadas, outras histórias, outras experiências, outras memórias e outros desejos existiam no curso da modernização brasileira, que até aquele momento foram vencidos mas ainda não foram convertidos em instrumentos dos vencedores. A sua obra nos serve, também, como um documento de uma época, não para dele se extraírem informações que alimentem as crônicas dos vencedores, tampouco para serem contemplados como simulacros através de raciocínios de alteridade e interpretação das impressões que manifestam.

A rainha dos cárceres da Grécia é um tecido literário que se explica a partir da análise crítica da história que o atravessa. Também é uma reflexão analítica que suscita questões, desvela conteúdos, inscreve críticas e (re)constrói projetos e programas em relação à história que perpassa o tecido literário do romance. A partir dessas divagações, cabe-nos a pergunta: *Apropriar-se do romance de Osman Lins para, a partir dele, produzir um conhecimento histórico é realizar uma leitura do romance atravessada pela história, ou é buscar produzir um conhecimento histórico a partir de uma história que atravessa a leitura do romance?*

Qualquer resposta a essa questão que venha preferir e/ou eleger uma dessas alternativas nos levará a reter para a nossa investigação o primado da relevância de como o aspecto formal, tanto na história como no tecido literário, apresenta-se à nossa percepção. Isso nos leva aos exercícios descritivos e, na melhor das hipóteses, a instituir interpretações na busca da definição da configuração das formas apreendidas para relacioná-las com outras formas conhecidas e descritas, que, assim, poderiam vir a compor e a se entrecruzar para dar lugar a uma rede ou trama.

Conferir um grau de credibilidade a essa rede ou trama resultante significaria partirmos do primado de que cada forma em si e as demais a si acopladas têm o seu significado, a sua verdade e a sua história específica, em que se circunscreve a sua própria dimensão, sendo que a articulação de umas às outras se daria através de normas ou regularidades que lhes são externas e provenientes de uma articulação que se configura como um sistema dado *a priori*, de caráter imanente, que determina o que pode e não pode ser pensado e dito em um determinado momento/forma e fazendo com que sua jurisdição, sem contingência alguma, estenda-se sobre esta e outras formas/momentos apreendidos, que deveriam ser entendidos *a priori* como marcados pela descontinuidade, alteridade e contingência.

Essa perspectiva nos apresenta dois conjuntos de problemas para uma investigação histórica. O primeiro se configura no fato de partirmos, a princípio, do dado de que o sujeito não pensa e não é um vir-a-ser (devir). Ele é, simplesmente, uma palavra ou coisa pensada e refletida ou um refém-objeto-imagem de discursos que perpassam as interpretações sociais e históricas. Não leva em conta, portanto, conforme a proposição que Carlo Guinzburg desenvolve para a produção do saber, que as interpretações e explicações sociais e históricas se relacionam com um saber que é:

(...) um patrimônio, em parte unitário, em parte diversificado, de homens e mulheres pertencentes a todas as classes sociais [e que] todas nasciam da experiência, da concretude da experiência. Nessa concretude estava a força desse tipo de saber, e o seu limite – a incapacidade de servir-se do poderoso e terrível instrumento da abstração (GINZBURG, 1989, p.167).

Mas a este, poderíamos acrescentar, subsidia-o como contra-prova em sua formulação.

O segundo conjunto de problemas está no fato de que, aceitos os axiomas que emanam das premissas que configuram o primeiro conjunto de problemas, passaremos a utilizar só as evidências que consideraremos pertinentes e capazes de serem objeto de seleção a partir dos critérios de validade que estabelecemos, levando-nos a construir interpretações coniventes com os dados que selecionamos e aos quais conferimos credibilidade, quando evidências outras ou pistas e indícios talvez *“infinitesimais permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível”* (GINZBURG, 1989, p. 150).

Em síntese, caso aceitemos as premissas subjacentes ao conjunto dos dois problemas acima expostos, poderíamos, como os sofistas da Grécia Antiga, produzir e/ou avalizar argumentos e pretensas narrativas históricas que seriam convincentes não pela contra-prova histórica que os fundamentam, mas sim pela verossimilhança ou veracidade que aparenta ou pela potência que os perpassa ao serem proferidos.⁵

As duas alternativas que apresentamos acima são as que se configuram como uma empreitada possível, tendo em vista que o contexto histórico, inscrito no período em que se situa o romance de Osman Lins, de 1969 a 1975, poderia ser investigado e refletido a partir de questões e significados que *A rainha dos cárceres da Grécia* pode nos suscitar, como também a análise e crítica dos significados e questões do mesmo passam a serem analisáveis, observáveis, objetiváveis e quantificáveis a partir da história do seu contexto histórico.

A história de uma cidade, de um país e de uma nação, e sua modernização, com seus cárceres e celeiros, é o que poderíamos dar contar e refletir, através e/ou mediado pelo romance e como ele relampeja irreversivelmente uma imagem do passado.⁶

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história, In: **Magia e técnica, arte e política**. 3. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.
- ECO, Umberto. **Sobre a literatura**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- HESÍODO. **Os trabalhos e os dias**. São Paulo: Iluminuras, 1990. (Biblioteca Pólen)
- HESÍODO. **Teogonia** – A origem dos Deuses. São Paulo: Iluminuras, 1991. (Biblioteca Pólen)
- LINS, Osman. **A rainha dos cárceres da Grécia**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1976, (Série Escalada).
- MELO NETO, João Cabral de. Morte e vida Severina. In: **Serial e antes**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, (Poesia Completa).
- ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. 12 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1978.

Autor:

Luís Manuel Domingues, Professor Doutor
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Departamento de Letras e Ciências Humanas
luismdomingues@uol.com.br

¹ Sobre esta forma de conduzir as interpretações dos textos literários, consultar: ECO, 2003, p. 13).

² De A. Warburg a E. H. Gombrich. Notas sobre um problema de método. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

³ Além da *Teogonia*, Hesíodo nos deixou o poema *Os trabalhos e os dias*, no qual nos mostra a organização do mundo dos homens, as suas origens, os seus limites, as suas obrigações, as suas labutas e os fundamentos sobre os quais se inscreve a condição humana. Para uma apreciação das narrativas desse autor grego, que viveu na Beócia entre o final do século VIII e o início do século VI a. C., dispomos das seguintes edições no Brasil: HESÍODO. **Os trabalhos e os dias**. São Paulo: Iluminuras, 1990. (Biblioteca Pólen) e HESÍODO. **Teogonia – A origem dos Deuses**. São Paulo: Iluminuras, 1991. (Biblioteca Pólen)

⁴ Essa concepção de *continuum* da história e passado saturados de “agoras” esta presente na tese de número 14, In: Sobre o conceito de história, de BENJAMIN (1987, p. 224).

⁵ A nossa crítica aqui se dirige aos paradigmas e aos preceitos da concepção de história que emana das obras de Michel Foucault, expressas, principalmente, em FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987, e **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

⁶ Utilizamos aqui uma expressão de Walter Benjamin, contida na sua quinta tese Sobre o conceito de história (BENJAMIN, 1987, p. 224).